



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639273 - RS (2021/0005988-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : GIOVANE PINTO DE LIMA (PRESO)  
**CORRÉU** : VALDECIR MARTINS PEDROSO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANE PINTO DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Embargos Infringentes e de Nulidade n. 0090653-43.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão no regime inicialmente semiaberto e de 550 dias-multa, pela prática do delito do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, a defesa sustenta que o pacientes estaria sofrendo constrangimento ilegal porque foi afastada a minorante do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas sem amparo em fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, que se suspenda a execução da pena até o julgamento do *writ*. No mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja aplicada a causa especial de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas e redimensionadas as reprimendas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que os pedidos se confundem com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente